

À SOMBRA DE UMA REPRESENTAÇÃO DIVINA: IGREJISMO E A POLÍTICA INTERNACIONAL NA MODERNIDADE

Juan Filipe Loureiro Magalhães

Professor da Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro- FLRJ. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através do Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC) com pesquisa fomentada pela CAPES. Membro dos grupos de pesquisas CPDEL (Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias) e OTAL (Observatório do Trabalho na América Latina) ambos da UFRJ e do CNPq

Resumo

O presente artigo busca abordar o papel do Cristianismo na Política Internacional durante a Modernidade. Como objetivo geral, verificaremos a aplicabilidade conceito de Igrejismo proposto por Wallace de Moraes ao campo internacional e especificamente, vislumbraremos seus impactos na condução de um projeto civilizacional europeu pretensamente universal. Utilizaremos como referencial teórico, as perspectivas filosóficas decolonial e libertária. A lógica da Colonialidade Global projeta uma estrutura de poder/saber que se impõe hegemonicamente pelo globo, em especial, na América Latina, submetendo e colonizando corpos e almas de seus habitantes.

Palavras-chave: Política Internacional, Eurocentrismo, Pensamento Decolonial, Filosofia Libertária, Igrejismo.

Abstract

This article seeks to address the role of Christianity in International Politics during Modernity. As a general objective, we will verify the applicability of the concept of Churchism proposed by Wallace de Moraes to the international field and, specifically, we will glimpse its impacts on the conduct of a supposedly universal European civilizational project. We will use the decolonial and libertarian philosophical perspectives as a theoretical framework. The logic of Global Coloniality projects a power/knowledge structure that imposes itself hegemonically across the globe, especially in Latin America, subjugating and colonizing the bodies and souls of its inhabitants.

Keywords: International Politics, Eurocentrism, Decolonial Thought, Libertarian Philosophy, Churchism.

INTRODUÇÃO

O conceito de Igrejismo (DE MORAES, 2018), desenvolvido pelo Wallace de Moraes, tem como significado a crença em dogmas metafísicos produzidos há milhares de anos e utilizados como estratégias e para fins políticos, cujas interpretações guiam normalmente seus seguidores para o caminho do “*conservadorismo, discriminação, hierarquia e obediência*” (DE MORAES, 2018)⁴. São sustentações religiosas e fanáticas fundamentadas em escritos milenares adotados no passado e no presente, anacronicamente baseados em critérios interpretativos assumidos enquanto verdades absolutas e incontestáveis por seus seguidores. Podem servir de justificativas transcendentais para fundamentar suas ações normalmente de cunho xenofóbico, racista e intolerante.

Os líderes religiosos exerceram/exercem uma verdadeira governança sociocultural (DE MORAES, 2018, p. 63), nas Igrejas, incluindo padres, pastores e congêneres em muitos casos; aproveitam-se da majoritária parcela socioeconomicamente fragilizada que compõe a base da Igreja. Contudo, também possuem “ovelhas bem-sucedidas”, e é muito comum termos “fiéis” com grandes fortunas. Prometem-lhes esperança e salvação além do plano físico e, para isso, incentivam ou até mesmo exigem ofertas para tal, como o dízimo, doações e gestos de solidariedade (que os fiéis enxergam como “caridade”); porém, sabidamente manipulados para sustentarem uma verdadeira indústria da fé.

Os fiéis das igrejas, de modo geral, são treinados, como soldados, a obedecer, a respeitar a ordem, a idolatrar um messias, a se subordinar diante de seus líderes, pastores, que se apresentam como portadores da verdade, da fé e da vontade de Deus. Assim, se transformam em rebanho de ovelhas fáceis de serem guiados para objetivos políticos de seus chefes (governantes). (DE MORAES, 2020, s.p.)⁵

Para além desses privilégios econômicos, esses líderes conduzem seus seguidores em direção a doutrinas conservadoras, no aspecto político comportamental, restringindo suas liberdades e, principalmente, inibindo novas

⁴ Disponível em: <https://diplomatique.org.br/praquemsabe-ler-um-pingo-e-letra/>

⁵ Disponível em <https://diplomatique.org.br/praquemsabe-ler-um-pingo-e-letra/> Acessado em 12 de Outubro de 2020.

formas de sociabilidade com os diferentes, não seguidores de uma matriz religiosa judaico-cristã. *“No Igrejismo, realizado pela leitura de padres e pastores, têm predominado o preconceito, a discriminação, o ódio ao diferente, a intolerância”* (DE MORAES, 2020, s.p.).

O presente artigo tem como objetivo geral analisar a aplicabilidade da ampliação semântica deste conceito ao campo internacional e como objetivos específicos vislumbrar seus impactos na condução de um projeto civilizacional europeu pretensamente universal. Entendemos que a difusão do Igrejismo projeta uma estrutura de poder/saber que se impõe de forma hegemonia sobre diversos lugares do mundo, em especial na América Latina, moldando, modificando e submetendo à região sob um padrão eurocêntrico, colonizando os corpos e as almas de seus habitantes.

UMA ANÁLISE DECOLONIAL E LIBERTÁRIA

O pensamento decolonial busca refletir a situação de manutenção de subalternidade para negros e indígenas, mesmo após as independências políticas dos países da América Latina. Esse processo de continuidade é conceituado como Colonialidade. Distintos autores aprofundaram suas reflexões sobre as suas diferentes formas como a Colonialidade do Saber, do Ser (MALDONADO-TORRES, 2018), e do Poder (QUIJANO, 2005), porém vamos nos concentrar no conceito de Colonialidade Global (GROSFOGUEL, 2008), e como se relaciona com a política internacional.

Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de “colonialismo global” para entrar num período de “colonialidade global”. Embora as “administrações coloniais” tenham sido quase todas erradicadas e grande parte da periferia se tenha organizado politicamente em Estados independentes, os povos não-europeus continuam a viver sob a rude exploração e dominação europeia/euro-americana. (GROSFOGUEL, 2008, p. 126)

A Colonialidade Global enfatiza que as estruturas coloniais não foram superadas ou erradicadas com a independência política dos países colonizados, mas sim transformadas e mantidas por meio de novas formas de exploração, opressão e

desigualdade. Isso se reflete em padrões persistentes de dominação econômica, subordinação cultural e hierarquia global de poder.

Nos últimos 510 anos do “sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu/euro-americano”, passámos do “cristianiza-te ou dou-te um tiro” do século XVI, para o “civiliza-te ou dou-te um tiro” do século XIX, para o “desenvolve-te ou dou-te um tiro” do século XX, para o recente “neoliberaliza-te ou dou-te um tiro” dos finais do século XX e para o “democratiza-te ou dou-te um tiro” do início do século XXI. (GROSFOGUEL, 2008, p.77)

O conceito de Colonialidade Global, aqui ampliado por nós, se manifesta desde uma crítica categórica ao capitalismo internacional, do Estado e seu papel histórico (KROPOTKIN, 2000), evidenciando de forma profunda o exercício da sua autoridade (BAKUNIN, 2008), um verdadeiro Estado do Mal Estar Social (MAGALHÃES, 2022) que o mesmo legitima com a imposição de governanças sociais e institucionais (DE MORAES, 2018) em várias dimensões - como nos campos da economia, política, cultura, produção de conhecimento. A Colonialidade Global está presente em relações de dependência econômica entre colonizadores e colonizados, na divisão racial do trabalho que opera a nível internacional, desde a escravidão e a *encomienda* (QUIJANO, 2005), esta última amplamente utilizada pelos jesuítas na colonização da América espanhola, em políticas e práticas de comercialização racial e étnica, na imposição de padrões culturais dominantes, na marginalização de conhecimentos e saberes não ocidentais, entre outros aspectos.

A Colonialidade Global abarca uma variedade de questões, incluindo a exploração de recursos naturais, a imposição de modelos tecnológicos liberais e/ou neoliberais, a migração forçada, a marginalização de culturas e conhecimentos não ocidentais, a persistência do racismo e do eurocentrismo, a imposição do Igrejismo e a adoção de um padrão de comportamento que coloniza corpos e almas. Em outras palavras, conduzimos o conceito de Colonialidade Global para uma lente teórica decolonial e libertária de análise.

A RELIGIÃO ENQUANTO SISTEMA DE PODER POLÍTICO

A fé trabalha uma experiência além, algo sensorial, que normalmente nos afasta da racionalidade, da materialidade das coisas. E a parte ardilosa disso é que justamente a fé não está preocupada em comprovar o discurso religioso, pois, em essência, se abstém disso. Não se contesta um dogma, não se desfaz um mito, não se questiona Deus. Legitimam-se, assim, autoridades terrenas em nome da celeste. E os líderes religiosos utilizam-se disso, pois o Igrejismo alimenta-se da impossibilidade de contradizer a Deus, uma vez que o discurso "do Senhor" é criado por eles mesmos a partir das convenientes leituras e interpretações da Bíblia que os beneficiam.

A fé não é um processo racional e comprobatório de algo metafísico. É, em suma, uma experiência pessoal com o metafísico. Não se parte do princípio de "comprovar" as palavras de Deus, pois, para o fiel, elas não precisam de comprovação. O divino está no campo das emoções, das sensações, e não da racionalidade. Uma breve análise etimológica da palavra pode nos dar algumas pistas: a expressão "crer" advém do latim *credere* e significa: confiar, acreditar, desejar. Na língua latina, "*credere*" origina-se da contração de "*kerd*" (coração) e "*dheh*" (entregar). Ou seja, pode ser encarado como "entrega do coração", manifestando-se como um conceito bastante emocional ligado aos afetos e ao caráter sentimental da existência humana.

Temos, assim, um forte direcionamento desta parcela da sociedade, no caminho da crença irracional, não passível de contestação, pois não se deve duvidar da "Palavra de Deus." Os escritos são sobre um Deus e não realizados por Ele. A Bíblia é um compilado de experiências "sobre/com Deus/Jesus" ditas pelos seus discípulos, ou seja, é a versão de quem "esteve" com Deus, de quem o ouviu, ou sentiu etc. Não se trata de "Deus" deixando escrita uma "diretriz". E sim de seus "seguidores" contando como foram essas experiências e dizendo "em nome Dele." O Evangelho é sempre segundo "alguém" (Lucas, João, Mateus etc.).

Dessa forma, esse caminho metafísico toma um rumo conservador e projeta uma perspectiva de poder pretensamente mundial enraizada na concepção divina,

misturando política e religião. O Igrejismo leva seus seguidores inevitavelmente a serem governados socioculturalmente, pois as ovelhas devem sempre... *“renunciar à razão e retornar, caso possível, à fé ingênua, cega, estúpida... cessa toda a discussão e só resta a estupidez triunfante da fé”* (BAKUNIN, 2014, p. 44). A política passa a ser o centro da hierarquia, do dogma e da obediência cega irracional. *“O Igrejismo, para solidificar sua perspectiva de poder, com base em uma visão própria do mundo, necessariamente precisa negar a ciência, a razão”* (DE MORAES, 2020).⁶

Temos, assim, um afastamento da ação de filosofar - criticar, indagar, questionar -, e vislumbra-se uma aproximação com uma visão de mundo pela qual todas as ações humanas são explicadas, justificadas ou legitimadas em uma vontade espiritual superior que guiaria tudo o que conhecemos, de forma que nada escape do controle deste ser metafísico.

A Igreja ficou pequena para conter o clero e movimentar cordéis da sua política absorvente. O Cristianismo é uma organização tão perversamente arquitetada e tão admiravelmente mantida pelo espírito jesuíta – que penetrou todas as instituições, vacinou todos os homens contra o “vírus” da independência e da lealdade, e tomou conta do mundo – através da educação, tão maravilhosamente ministrada que degenerou e imbecilizou o gênero humano até a domesticidade covarde e a apostasia da própria consciência... Vem de longe a aliança entre o altar e o trono: a Igreja sabe contar com o fator “tempo” para sugestionar o subconsciente e apoderar-se da razão, falseando o raciocínio até o obscurecimento absoluto da reflexão. (MOURA, 2018, p. 25)

Em outras palavras, temos, no Igrejismo, a substituição da razão pelo dogma, a negação da ciência em detrimento de crenças metafísicas, o que leva inevitavelmente a um projeto de poder exercido pelos líderes religiosos e políticos que empurraram seus seguidores ao caminho do conservadorismo e que, assim, buscaram, à sombra de uma representação divina, dominar o povo; ou seja, a Igreja apresenta-se como um expoente fundamental do poder do Estado (PFEIL; PFEIL, 2021).

⁶ Disponível em <https://diplomatie.org.br/praquemsabe-ler-um-pingo-e-letra/> Acessado em 12 de Outubro de 2020.

A autoridade religiosa edificou a vida política à imagem daquela da Igreja. A autoridade do Estado, os “direitos” dos governantes vinham do alto.; o poder, como a fé, era de origem divina. Os filósofos escreveram espessos volumes sobre a Santidade do Estado, às vezes chegando inclusive a conceder-lhe a infalibilidade. Alguns destes filósofos disseminaram a opinião demente de que o Estado é “supra-humano”, realidade suprema, “o absoluto”. (GOLDMAN, 2007, p. 34)

Bakunin aponta o papel histórico cumprido pelas diversas religiões pelo mundo. *“Todas as religiões são cruéis, todas são fundadas sobre o sangue, visto que todas repousam principalmente sobre a ideia de sacrifício, isto é, sobre a imolação perpétua da humanidade à incansável vingança da divindade”* (BAKUNIN, 2014, p. 49). Cumprem um papel de expansão sobre outras religiões de forma a contribuir no processo de autoafirmação de um modelo que se pretende universal.

O IGREJISMO E A SUA ATUAÇÃO INTERNACIONAL

O Cristianismo serviu de instrumento de coesão do poder estabelecido em diferentes períodos históricos, no que se remete à política internacional. A relação entre o Cristianismo e o Império Romano foi fundamental para a expansão e consolidação de ambos. Na chamada Idade Média, se tornou, talvez, o maior elo de coesão daquilo que se convencionou chamar de Europa. Em um momento de disputa contra os não-cristãos chamados pejorativamente de “bárbaros”, evidenciou-se um processo de eurocentrismo sobre a própria Europa, quando outras possibilidades cognitivas, teóricas, filosóficas e religiosas foram apagadas em nome da unidade da Cristandade da Europa Ocidental. A lógica de se fazer universal pode ser evidenciada com as empreitadas contra o Islamismo, seja nas Cruzadas, seja na Conquista de Al-Andalus.

É importante mencionar que a formação dos Estados Nacionais Modernos se dá, inicialmente, na Península Ibérica, em meio a uma disputa religiosa entre os reinos cristãos e os povos islâmicos pelo controle da região de Al-Andalus, ocorrido entre os séculos VIII e XV.⁷ *“A prática da limpeza étnica no território de Al-*

⁷ S.J. Pearce, “The Myth of the Myth of the Andalusian Paradise,” in *The Extreme Right and the Revision of*

Andalus produziu um genocídio físico e cultural...Os judeus e muçulmanos que ficaram no território foram assassinados (genocídio físico) ou forçados a se converterem ao cristianismo (genocídio cultural)” (GROSGOUEL, 2016, p. 32).

Além do assassinato em massa e da conversão forçada ao Cristianismo, temos a destruição de sua produção intelectual e de sua cultura.

Além do genocídio, a conquista da região de Al-Andalus foi acompanhada por um epistemicídio. A queima das bibliotecas, por exemplo, foi um método fundamental para a conquista da região. A biblioteca de Córdoba, com um acervo de 500 mil livros, quando a maior biblioteca cristã da Europa não continha mais de mil livros, foi queimada no século XIII. Até a conclusão da conquista de Al-Andalus, muitas outras bibliotecas tiveram o mesmo destino, culminando com a queima dos 250 mil volumes da biblioteca de Granada pelo cardeal Cisneros, no início do século XVI. Estes métodos eram estendidos aos ameríndios. Assim, o mesmo aconteceu com os códices indígenas – a parte escrita da prática utilizada pelos ameríndios na busca pelo conhecimento. O genocídio e o epistemicídio caminharam juntos no processo de conquista das Américas e de Al-Andalus (GROSGOUEL, 2016, p.34).

Com isso, se estabelece a centralização e a universalização do projeto civilizacional moderno eurocentrado na figura do Estado Espanhol (e mais tarde de outros Estados), que passa a controlar a religião dos indivíduos, hierarquizar vidas humanas a partir de critérios raciais e definir quais saberes devem ser reproduzidos e quais devem ser apagados. Este modelo civilizacional alia o Governo centralizado e a Igreja ou, nos termos de Bakunin, “Deus e o Estado” (BAKUNIN, 2011).

O processo de genocídio contra judeus e muçulmanos no território de Al-Andalus e a consequente destruição de suas bibliotecas muçulmanas com gigantescos acervos durante a formação do Estado espanhol são a primeira etapa do que depois se aprofundaria contra negros, indígenas e mulheres livres indo-europeias que controlavam os saberes orais. Temos, assim, um processo de hierarquização internacional dos saberes e crenças, que coloca o homem ocidental cristão no centro epistêmico de todo o planeta. Destacamos, com isso, a relevância das formas modernas de exploração e dominação que estão conectadas com a produção do conhecimento de homens brancos europeus, considerados o cânone

History, ed. 42 Louie Valencia-García. New York: Routledge, forthcoming 2020. O modelo de citação aqui se diferencia dos demais pois respeitamos a forma como a própria autora se apresenta em suas publicações.

epistêmico para todos os cantos do globo, incluindo todos os povos considerados irracionais.

A aliança entre Igreja e Estado Nacional Moderno que ascende na Europa Ocidental justificou o capitalismo e sua origem: a escravidão. Não podemos esquecer que a Igreja legitimou o processo de expansão marítima dos Estados português e espanhol que dizimou outras nações durante o período das invasões e usurpações justificadas, por sua vez, pela legitimidade do discurso de hierarquização da sociedade em critérios raciais.

A referência aos indígenas como sujeitos sem religião os remove da categoria humana. A religião é universal entre os seres humanos. Entretanto, a alegada falta de religiosidade entre os nativos não é tomada inicialmente para indicar a própria falsidade da assertiva, mas, ao contrário, serve para afirmar a existência de sujeitos não completamente humanos no mundo. A assertiva de Colombo sobre a falta de religião dos povos indígenas introduz um novo significado antropológico para o termo. À luz do que vimos até aqui, se faz necessário adicionar que este significado antropológico também se conecta a um método bastante moderno de classificação dos seres humanos: o racial. Com uma única jogada, Colombo trouxe o discurso sobre religião do plano teológico para o plano da antropologia filosófica moderna, que distingue diferentes graus de humanidade através de identidades fixadas, posteriormente denominadas raças. (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 217)

Não podemos isentar o Igrejismo de responsabilização sobre o Julgamento Valladolid (1552) e seu impacto político, social e econômico sobre dois continentes: América e África. As decisões de Valladolid definiram a estrutura internacional do trabalho mediante o questionamento da humanidade de indígenas e negros, a partir de algumas dicotomias: com alma/sem alma, ser/não-ser e humano/sub-humano.

O desfecho do julgamento de Valladolid também é bastante conhecido. Embora a perspectiva de Sepúlveda tenha vencido nas instâncias maiores, a de Las Casas venceu em instâncias menores. Assim, a monarquia imperialista espanhola decidiu que os "índios" possuíam uma alma, mas que eram bárbaros a serem cristianizados. Entretanto, reconheceu-se que era um pecado, aos olhos de Deus, escravizá-los. A conclusão aparentemente significou a liberação dos "índios" do jugo colonial espanhol. Na divisão internacional do trabalho, os "índios" foram transferidos do trabalho escravo para outra forma de coerção denominada *encomienda*. Desde então, institucionalizou-se, de modo ainda mais sistemático, a ideia de raça. O racismo institucional consolidou-se como princípio organizador da divisão internacional do trabalho e da acumulação capitalista em escala mundial. Enquanto os "índios" eram dispostos pela *encomienda*, sob um regime de trabalho imposto, os africanos, classificados como "povos sem alma", eram

trazidos para as Américas para substituir os "índios" no trabalho escravo. Nesta época, os africanos eram percebidos como os muçulmanos e a racialização dos muçulmanos na Espanha do século XVI estendia-se a eles. A decisão de trazer cativos da África, a serem escravizados nas Américas, guardou uma relação direta com a conclusão do Julgamento de Valladolid, em 1552. Neste ponto tem início o sequestro massivo e a comercialização de cativos imposta pelos 300 anos seguintes. Com a escravização dos africanos, o racismo religioso foi complementado, ou vagarosamente substituído, pelo racismo de cor. Desde então o racismo contra o negro tornou-se uma estrutura fundamental e constitutiva da lógica do mundo moderno-colonial. (GROSFOGUEL, 2016, p.39)

A Igreja Católica cumpriu um papel fundamental na criação, manutenção e legitimação do modelo vigente, que tampouco foi negado pelas novas doutrinas originadas pela Reforma Protestante. Muito pelo contrário, manteve-se a mesma base de sustentação teológica racista, xenofóbica e excludente.

A Igreja estende seus poderes; sustentada pelas riquezas que se acumulam em seus cofres, imiscui-se cada vez mais na vida privada e, sob o pretexto de salvar as almas, apodera-se do trabalho de seus servos; cobra impostos de todas as classes, estende sua jurisdição; multiplica os delitos e as penas e enriquece-se na proporção dos delitos cometidos, visto que é para seus cofres-fortes que vai o produto das multas. (KROPOTKIN, 2005, p.174)

As Igrejas Católica e Protestantes cumpriram/cumprem o papel de uma verdadeira Governança sociocultural Internacional na consolidação de um modelo civilizatório Igrejista e singular que se faz globalizado e pretensamente universal. Qualquer perspectiva de análise que tenha como objeto o campo internacional passa pelo que se convencionou chamar de mundo ocidental, ou seja, o que Enrique Dussel chama de deslizamento semântico do conceito de Europa (DUSSEL, 2005) é inevitavelmente atravessado pela Cristandade. Romper com o Igrejismo significa romper com a Governança Sociocultural Internacional que implementa um projeto de poder político internacional de caráter civilizacional. Significa descatequizar-se.

A Colonialidade Global se materializa através do Igrejismo enquanto doutrina religiosa que hierarquiza os indivíduos mediante critérios relativos às espiritualidades judaico-cristãs. Diversas formas de manifestações religiosas, em especial negras e indígenas, foram apagadas, ignoradas ou subalternizadas. Os tribunais da Santa Inquisição estiveram presentes para punir e reprimir quaisquer comportamentos considerados desviantes do padrão cristão europeu Igrejista.

Os iniciais projetos de expansão marítima europeia eram vistos pela Igreja como uma oportunidade de aumentar o controle sobre mais e mais almas. O processo de colonização colocou no topo da pirâmide social os *chapetones*: homens brancos europeus cristãos e seus descendentes também brancos cristãos com formação intelectual eurocêntrica (*criollos*). Os dois grupos ocuparam respectivamente os mais altos escalões na sociedade latino-americana.

Todo o padrão moral de comportamento, crenças e valores éticos nas colônias latino-americanas foi moldado pela Igreja Católica. O processo educacional também era controlado pela mesma instituição, ou seja, fez parte do paradigma de política externa da metrópole para suas colônias. Sob a moral cristã, os latino-americanos tiveram suas mentes formadas desde o período colonial em um processo Igrejista que permanece até os dias de hoje. A relação dos indivíduos latino-americanos descendentes dos povos originários ou de origem africana com o Cristianismo é uma relação de imposição da Colonialidade Global em seu braço sociocultural através da violenta ferramenta da catequese.

Durante todo o processo colonial, havia muito pouco espaço para fugir da governança sociocultural exportada da Europa para a América Latina. Esse processo persiste até os dias de hoje através da Colonialidade. A modernidade, casada com a Colonialidade, faz da América um lugar (ou não-lugar) inventado, mapeado, apropriado e explorado sob a bandeira da missão cristã (MIGNOLO, 2017).

A cosmologia ocidental (ou cosmologias ocidentais, se quisermos incluir todas as religiões europeias de matriz judaico cristã) integra o poderoso braço religioso da Governança Global. Esta última estabeleceu uma hierarquização do transcendental que estabelece um privilégio social bastante terreno aos cristãos europeus em detrimento de não-cristãos e não europeus de matriz católica e protestante, posteriormente.

A imposição do Cristianismo a fim de converter os chamados selvagens e bárbaros no século XVI, seguida da imposição do “fardo do homem branco” e da sua “missão civilizadora” nos séculos XVIII e XIX, da imposição do “projecto desenvolvimentista” no século XX e, mais recentemente, do projecto imperial das intervenções militares apoiadas

na retórica da “democracia” e dos “direitos humanos” no século XXI, tudo isto foi imposto com recurso ao militarismo e à violência sob a retórica da modernidade, com o seu apelo a salvar o outro dos seus próprios barbarismos. (GROSFOGUEL, 2008, p.52)

O Igrejismo expõe a relação hegemônica internacional da Europa sobre a América Latina. A superação da Colonialidade Global é um processo absolutamente fundamental se almejamos a estruturação de uma epistemologia decolonial para a política internacional. A superação do Igrejismo significa a superação de parcela do eurocentrismo e do projeto civilizacional desenvolvido pelos europeus para a América Latina.

Não podemos pensar na descolonização como a conquista do poder sobre as fronteiras jurídico-políticas de um Estado, ou seja, como a aquisição de controlo sobre um único Estado-nação (GROSFOGUEL, 1996). A velha emancipação nacional e as estratégias socialistas de tomada do poder ao nível do Estado-nação não são suficientes, porque a colonialidade global não é redutível à presença ou ausência de uma administração colonial (GROSFOGUEL, 2002) nem às estruturas político-econômicas do poder. (GROSFOGUEL, 2008, p.55)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre Igreja e Estado é indissociável. Partimos das reflexões de Wallace de Moraes sobre o conceito de Igrejismo e sua utilização política por uma parcela da elite que se apropria da fé e em alguns casos da vulnerabilidade de determinados segmentos da sociedade para empurrar seus seguidores em um caminho político e moral de caráter conservador, explorando uma verdadeira indústria da fé.

Tivemos como objetivo ampliar o conceito de Igrejismo, assim como seus usos políticos, ao campo internacional. Para tal, nos apropriamos do conceito de Colonialidade Global, de Ramón Grosfoguel para explicar o quanto as perspectivas colonialistas intencionalmente arquitetaram um projeto civilizacional Igrejista em que os Estados Nacionais da Europa Ocidental cristã impuseram com a modernidade, que, primeiramente, se expande por toda a Europa não-cristã, cuja população era considerada bárbara, impondo o modelo ocidental e igrejista eurocêntrico que, posteriormente, se expande por todo o globo.

Dessa forma, o movimento de expansão do eurocentrismo se propaga para a América Latina com a colonização, estabelecendo uma estrutura de poder colonialista xenófobo, racista e misógino que manifesta a segregação social e racial a partir do ódio ao outro, marcado, principalmente, por fenótipos não-europeus. Este processo se institucionaliza no Estado Nacional Moderno que exporta essa estrutura para o resto do mundo.

A Igreja Católica ocupa um papel central no processo colonial participando ativamente da definição do comportamento ideal, controlando e monopolizando a educação, expandindo a fé cristã e apagando as cosmogonias negras e indígenas. As religiões protestantes também não se dedicaram a alterar os pilares da Colonialidade Global. O Igrejismo legitimou a escravidão e os jesuítas institucionalizaram a *encomienda*. Forma-se assim uma estrutura de poder colonial marcada pelo racismo, pela monocultura do saber, pelo Epistemicídio (SANTOS, 2010) e Historicídio (DE MORAES, 2020)⁸ que permanece até os dias de hoje.

⁸Disponível em: <https://otal.ifcs.ufrj.br/uma-critica-decolonial-libertaria-historicidio-e-as-necrofilias-colonialistas-outrocidas-ncos/>. Acesso em: 08/08/2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKUNIN, Mikhail. Deus e o Estado. São Paulo. Editora Hedra, 2011.
- BAKUNIN, Mikhail. O princípio do Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2008.
- DE MORAES, Wallace. Governados por quem? Diferentes Plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Editora Prismas, 2018a.
- DE MORAES, Wallace dos Santos. Historicídio e as Necrofilias Colonialistas Outrocída – uma crítica decolonial libertária. Publicado em 5 de outubro de 2020. Disponível em: > <https://otal.ifcs.ufrj.br/uma-critica-decolonial-libertaria-historicidio-e-as-necrofilias-colonialistas-outrocidas-ncos/>. Acesso em: 08/08/2022.
- DE MORAES, Wallace. Para quem sabe ler um pingo é letra: Reflexões sobre o significado de Fascismo. Le Monde Diplomatique. Outubro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/pra-quem-sabe-ler-um-pingo-e-letra/>
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.
- GOLDMAN; Emma. O indivíduo, a sociedade, o Estado e outros ensaios. Editora Hedra, 2007.
- GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídio do longo século XVI, Revista Sociedade e Estado Volume 31, Número 1, janeiro/abril de 2016.
- GROSFOGUEL; Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Epistemologias do Sul. Tradução de Inês Martins Ferreira. pág. 115-147 <https://doi.org/10.4000/rccs.697>. 2008.
- KROPOTKIN, Piotr. O Estado e seu papel histórico. São Paulo: Imaginário, 2000.
- KROPOTKIN, Piotr Alekseevich. Palavras de um revoltado. São Paulo: Imaginário: Ícone Ed., 2005.
- MAGALHÃES, Juan Filipe Loureiro. O Estado do Mal Estar Social: uma análise da política neoliberal e seus sustentáculos militaristas e igrejaístas. Revista Estudos Libertários, v. 4, n. 11, p. 79-94. 2022.
- MALDONADO-TORRES, in BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N. GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento

afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. Versão E-book Kindle.

MALDONADO-TORRES, Nelson; Sobre la Colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto, In: Antología del pensamiento crítico puertorriqueño contemporáneo (pp.565-610), Novembro de 2018, DOI: [10.2307/j.ctvnp0jr5.23](https://doi.org/10.2307/j.ctvnp0jr5.23).

MALDONADO-TORRES, Nelson. religion, conquête et race dans la fondation du monde moderne/colonial. In: Mestiri, Mohamed; Grosfoguel, Ramon; Soum, El Yamine (Eds.). Islamophobie dans le monde moderne. Paris: IIIT, 2008a.

MIGNOLO, Walter D. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Disponível: Rev. bras. Ci. Soc. 32 (94) • 2017 • <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

MOURA, Maria Lacerda de. Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital, *Editora: Entremares*, 2018.

PFEIL, Bruno; PFEIL Cello. Uma perspectiva anarquista sobre o suicídio, a produção da morte e a preservação da vida. Revista Estudos Libertários. UFRJ. Vol.3. Nº 8. 1º semestre de 2021.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos Avançados. Av. São Paulo, v.19, n.55, 2005b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias del Sur. México: Siglo XXI, 2010.